

Militarismo e Civilismo no Legislativo “grapiúna”: As Atas da Câmara Municipal de Itabuna como Fonte de contextualização da Campanha Civilista (1907 – 1912).

¹ Willan de Souza Januário

Desde já, torna-se relevante discutir o papel de fontes como as Atas, para o ofício do historiador. Fontes desse tipo podem oferecer detalhes do comportamento político-ideológico e as ações dos dirigentes sobre a sociedade que governam. Podem servir como pistas que permitam construir discussões acerca dos enlaces e articulações dos líderes com a política estadual e nacional e apontar caminhos para se entender o jogo de poder. Entretanto, há limites que devem ser indicados, algumas vezes não poderão ser ouvidas pelo historiador quando este se propõe se debruçar e analisar os anais da vida do poder legislativo. Vozes como as do povo, da população que vivia a margem dessa sociedade. Para se ter uma idéia da exclusão da população, basta analisar as próprias atas para verificar que só poderia assistir a uma sessão quem estivesse devidamente trajado. Mesmo sem especificar os tipos de trajes necessários os legisladores itabunenses do período excluía uma gama de pessoas sem condições financeiras para usar tais vestimentas.²

É indispensável dizer também que o historiador deve ficar atento na análise das atas, sempre procurando indagar, duvidar, interrogar as fontes antes de fazer qualquer tipo de conclusão, hipóteses vão ser criadas, outras serão derrubadas para se chegar a um resultado satisfatório. Os legisladores, por exemplo, poderiam ter tido o direcionamento de induzir as pessoas que pudessem ler esses registros a acreditarem no que eles escreveram. Nesse tipo de documento, e também em outros, é indispensável duvidar e questionar.

Outro ponto interessante, antes de se iniciar a apresentação da pesquisa, é relatar o funcionamento e protocolos que os *conselheiros* seguiam durante as sessões. Existiam três tipos de sessões, *a solene, a ordinária e a extraordinária*. A primeira citada era

¹ Graduando de oitavo semestre do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz e bolsista voluntário pela UESC.

² Ata pg. 23.

realizada em momentos considerados de comemoração, de felicitações. A segunda era cotidiana, da ordem do mês, ordinária, e era dividida em quatro sessões anuais. “A primeira começará na primeira segunda-feira, depois do dia 15 de fevereiro; a segunda na primeira segunda-feira, depois do dia 15 de maio; a terceira na primeira segunda-feira depois do dia 15 de agosto; a quarta na primeira segunda-feira, depois do dia 15 de novembro”³. Cada sessão ordinária citada tinha a duração de 30 dias.

A sessão extraordinária é de extrema importância para o entendimento de alguns aspectos levantados na pesquisa, pois, só poderia ser acionado pelo Intendente - cargo similar ao de prefeito na época – e pelo Presidente do Conselho. Ela acontecia quando algo de extrema relevância para o município surge na pauta de assuntos para discussão e/ou votação. Alguns desses assuntos foram relevantes para a compreensão de pontos da pesquisa.

Os membros de tal Conselho (em sua maioria eleitos para o quadriênio 1908-1911) eram no total de seis (a partir de 1911 contabilizaram-se mais dois). Escolhidos pela mesma quantidade de votos, seis, o que leva a crer nas fechadas e articuladas votações. Tais eleições podiam ser *simbólicas, nominais ou secretas*. Esse terceiro tipo era feito somente quando definido pela mesa e comissões, ou então por questões de interesse individual ou particular⁴.

Definidos os objetivos da pesquisa, apresentados os limites e contribuições desse tipo de fonte, assim como os protocolos e regimentos seguidos pelos legisladores é imprescindível discutir algumas constatações que surgiram. Uma delas diz respeito à emancipação política da vila em 1910, pois, a historiografia regional apresenta a prosperidade que Itabuna supostamente atravessava no momento como ponto crucial para sua elevação de Cidade (entende-se aqui prosperidade como crescimento econômico). São exemplos dessa linha: “*Terras de Itabuna*”, de Carlos Pereira Filho (1960), “*Recordações Históricas de Itabuna*”, de Moacir Garcia de Menezes (2005) e “*Itabuna, Minha Terra*”, de Adelino Kfoury Silveira (2002). Todas essas obras, de

³ Ata do dia 25.05.1908, pg. 18-24

⁴ Ata de 29.05.1909, pg. 24

modo indefinido, discorrem sobre o crescimento da Vila levando a sua inevitável emancipação.

Para compreensão dessa problemática é essencial dizer que esse artigo também se propõe a debater a seguinte hipótese, que surgiu no decorrer da pesquisa: *Itabuna poderia não ter vivido tamanha prosperidade econômica a ponto de esse fator sozinho ser o responsável pela sua emancipação definitiva*. As fontes levam a crer nessa proposta, ainda porque a maioria dos memorialistas não articula a situação vivida pela vila no momento em âmbito estadual e federal. Tentar desmistificar o imaginário do progresso itabunense como verdadeiro fator para sua emancipação será importante para mostrar como se estabeleceram as relações políticas antes, durante e depois do evento central dessa pesquisa: *A Campanha Civilista*. Pois, esta idéia de progresso posta pela historiografia regional pode servir como uma espécie de “*cortina de fumaça*”, que acaba encobrindo pontos instigantes e relevantes, desviando as atenções para as estratégias e jogos políticos.

No estudo das Atas, percebe-se que o discurso dos *conselheiros* é desfavorável a esse tipo de argumento. Algumas vezes a situação econômica do Município é constantemente discutida entre eles, apontando muitos aspectos negativos. Um dos grandes exemplos que contradizem essa acelerada prosperidade da então Vila é a sessão ordinária do dia 13 de outubro de 1909, que termina rejeitando um projeto que tinha o objetivo de comprar aparelhos para o beneficiamento do cacau, a pedido de um fazendeiro. Poderia ser até normal um arquivamento ou rejeição de um projeto, mas, se tratava do produto que mais garantia lucro a região. A alegação para tal reprovação era a de que alguns fazendeiros já possuiriam os aparelhos e o município não teria condições para arcar com a despesa ⁵.

Em outra sessão, detalhes do exercício financeiro da Vila do ano de 1907 são solicitados por Telegrama pelo que eles denominam de “*Diretor geral de Estatística*”. A resposta dos legisladores é enfática e leva a mais questionamentos: “*Não sendo naquela época instalada ainda este Município não houve vendas senão pelo Município de Ilhéus*”. A bibliografia analisada aponta o ano de 1906 como marco do que essa

⁵ Ata, 13.10.1909, pg. 56 – 57

historiografia regional chama de “*emancipação econômica*”, onde Itabuna conseguiu mais autonomia em relação a Ilhéus. Entretanto, ao se analisar a ata dessa sessão, percebe-se que ainda poderiam existir vínculos econômicos – e, por conseguinte políticos - mais estreitos e certa dependência entre as cidades ⁶.

A leitura da obra de Consuelo Novais Sampaio ⁷ leva a suscitar mais interrogações acerca da situação econômica da Vila. Analisando a evolução do principal produto da região, o cacau, pode-se perceber em gráficos apontados por Sampaio um significativo decréscimo do cacau no ano de 1910 (marco da emancipação política) em relação aos anos anteriores, só ganhando seu apogeu na balança de exportação do governo baiano a partir da década de 30. É importante enfatizar que ao ler as atas do conselho nota-se um constante discurso dos legisladores itabunenses apontando certa dificuldade na receita do Município de 1907 até todo o ano 1910. Só em 1911 é que os legisladores começam a falar de equilíbrio e aumento da receita municipal ⁸.

Portanto, levando em conta o que essas fontes apontam e também consultando obras como as de Sampaio, é que se pode questionar o discurso do *progresso grapiúna*, estabelecido por figuras políticas da época e por memorialistas regionais, que exaltam os personagens e não abrem espaço para contextualizações. Nesse sentido, podemos adentrar em outro ponto importante da pesquisa, já que a *neblina do progresso* de Itabuna foi amenizada: o jogo político na região e na Bahia antes, durante e depois da Campanha Civilista.

Para entender as articulações estabelecidas nesse processo é necessário observar as articulações dos anos anteriores à eleição de 1910. Com isso as atas estudadas oferecem a possibilidade de unir prováveis ligações políticas da então vila de Itabuna com os governantes estaduais e nacionais. De início, ao que parece, a elite itabunense estava muito bem conectada com o que ocorria na Bahia e em todo o país.

⁶ Ata 07.12.1909, pg. 60

⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. BAHIA Assembléia Legislativa. **Os partidos políticos da Bahia na primeira república**: uma política de acomodação. Salvador: Edufba, 1999. 251p

⁸ Ata 19.09.1911, pg. 27

Começamos então pelas eleições estaduais do ano de 1907, que escolheria o governador que atravessaria o quadriênio 1908-1911. Vale lembrar que essas eleições movimentaram as lideranças da capital e de todo o interior da Bahia, por causar o desentendimento dos chefes do Partido Republicano da Bahia - *José Marcelino e Severino Vieira* - que se divergiram quanto à indicação de um nome para concorrer ao governo do Estado e substituir o próprio Marcelino.

Esse governante atravessaria as mudanças estabelecidas com o fim da Campanha Civilista e a subida de J. J. Seabra ao Executivo Baiano em 1912. O eleito para esse desafio foi **João Ferreira de Araújo Pinho**. A leitura meticulosa das Atas da Câmara Legislativa da cidade aponta uma relação muito estreita e amigável dos políticos itabunenses com Marcelino e Araújo Pinho (este principalmente), desde o processo eleitoral de 1907 os legisladores evidenciaram apoio a essa corrente e o reforçaria durante muito tempo. A ata de apoio a Pinho, inclusive, fora aprovada por unanimidade pelos *conselheiros*, não havendo questionamentos⁹.

As rivalidades estabelecidas na Bahia com a divisão do P.R.B. entre *severinistas e marcelinistas* também mexeu com os ânimos dos dirigentes locais de Ilhéus, Itabuna e região. Consuelo Novais Sampaio demonstra que o coronel Antônio Pessoa e o intendente João Mangabeira, líderes que se divergiam em Ilhéus, apoiaram Araújo Pinho, enquanto, Firmino Alves e Henrique Alves, de Itabuna, ficaram com o candidato de Severino Vieira¹⁰. A informação suscita questionamentos, pois, diverge com o que diz Adelino Kfoury Silveira em *“Itabuna, Minha Terra”*, onde o provável apoio do Coronel Firmino Alves a Pinho é descrito¹¹. Tais questionamentos reforçam ainda mais a necessidade de mais estudos e contextualizações sobre a história itabunense do período.

⁹ Sessão de 15.01.1908 (estranha-se a data marcada, pois, as eleições ocorreram em 1907, podendo ser erro de anotação), pg. 4.

¹⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. BAHIA Assembléia Legislativa. **Os partidos políticos da Bahia na primeira república**: uma política de acomodação. Salvador: Edufba, 1999. 251p

¹¹ SILVEIRA, Adelindo Kfoury. **Itabuna, minha terra**. 2.ed. , rev. e ampl. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002

As fontes mais uma vez nos direcionam a certas conclusões: durante a Campanha Civilista (agosto de 1909 a fevereiro de 1910) fica claro que os líderes de Itabuna apoiavam a chapa de Rui Barbosa no processo eleitoral. Podemos chegar a essa proposição ao examinar a sessão que escolhe o representante para Convenção Civilista do mês de Agosto de 1909 - que escolheria o candidato civilista a presidência do país e aonde representantes se reuniram para tal fim – em que os *conselheiros* itabunenses indicaram e aparentemente aprovaram sem protestos dos colegas o nome do *Coronel Domingos Adamí de Sá* ¹². Até essa fase da pesquisa não conseguimos encontrar respostas do por que da nomeação desse representante. Mas, é possível identificar em obras historiográficas regionais uma grande influência política do Coronel Adamí na região ¹³.

No período da Convenção Militar ¹⁴, não há registro nas atas de alguma reunião para escolha de representante ou ao menos citação desse e de outros acontecimentos que se relacionem com as ações de Hermes da Fonseca e seus aliados regionais. Tudo indica que houve um grande recesso durante o período da Convenção que escolheria o candidato militar, assim esse fato poderia não constituir um motivo para a convocação de uma *sessão extraordinária*. Entretanto, a sessão que escolheu o Coronel Adamí foi convocada extraordinariamente, apenas com o prazo de um dia de diferença da sessão anterior (para termos noção da provável urgência que a ata aponta as sessões aconteciam em média de quinze dias até um mês de diferença).

É conveniente ainda apontar que a pesquisa maior da qual esse artigo faz parte tem a finalidade de construir uma problematização entre a emancipação de Itabuna e a Campanha Civilista, pois, ambas aconteceram e finalizaram-se praticamente no mesmo período, 1910. Na fase inicial da análise se pensava essa aproximação apenas como uma vaga hipótese (devido a uma provável sobreposição de datas) e no aprofundamento do

¹² Sessão de 24.07.1909, pg. 54.

¹³ Como: RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001. 166p

¹⁴ A Convenção Militar acabou afirmando o nome de Hermes da Fonseca para concorrer a Presidência do Brasil, onde simpatizantes se do Marechal Hermes e reuniram em maio de 1909.

estudo, com as obras e as fontes encontradas, se verificou uma ligação mais estreita entre esses acontecimentos.

Contudo, algumas dificuldades foram surgindo de início, algumas fontes primárias e secundárias não se completavam e havia divergência entre elas. Os autores trabalhados somente apontavam o resultado final da emancipação e não definiam o processo que originou tal produto. O que conhecemos primordialmente sobre a emancipação de Itabuna é a norma que legaliza tal ato; a *Lei nº 807, de 28 de julho de 1910*. Como se não existisse todo um processo que levaria a promulgação dessa lei.

Entretanto, mais uma vez as atas pesquisadas puderam auxiliar no entendimento de dúvidas sobre essa problemática. Um pormenor que poderia passar despercebido se uniu as constantes sessões que reafirmavam o apoio da Câmara Legislativa de Itabuna a Araújo Pinho: a lei que sanciona tal emancipação foi assinada por esse governador, inclusive, aparentemente sem veto, como aponta Silveira ¹⁵. A partir dessa análise podemos inferir que em troca do apoio, ou em agradecimento deste, Araújo Pinho poderia assim deixar caminho aberto para a emancipação de Itabuna.

Essa suposição, do apoio de Pinho a emancipação itabunense, originou uma hipótese maior que se relaciona as articulações da Campanha Civilista na região: Itabuna assim, não teria apoiado o civilismo de Rui Barbosa, mas, o civilismo de Araújo Pinho. Ou seja, as fontes levam a crer que os políticos da então vila entraram nas eleições por influência da chapa de Marcelino e Pinho. Não foi identificado nas atas analisadas qualquer tipo de apoio explícito ao nome de Rui Barbosa, onde eles exaltassem os benefícios de se votar no candidato, encontrou-se como já foi indicado, a escolha para Convenção de Agosto, onde fica evidente uma inclinação ao civilismo.

A relação entre essas duas correntes políticas parece ser cordial e firme, como pode ser notado na sessão solene que comemora o feito da emancipação, em que Pinho é exaltado pelo seu possível empenho para oficialização do fato *e por suas atitudes*

¹⁵ SILVEIRA, Adelindo Kfoury. **Itabuna, minha terra**. 2.ed. , rev. e ampl. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002, pg. 140.

cívicas ¹⁶. Mais curiosa é a moção de reafirmação de lealdade da elite itabunense quando o candidato de Pinho é lançado para sua sucessão: o então Deputado Federal Domingos Guimarães. Os conselheiros, simplesmente se referiam ao candidato como o futuro governador da Bahia. Entretanto como se sabe J. J. Seabra é que sairia vencedor nas eleições que afirmariam seu quadriênio 1912-1916.

Seabra subiu ao poder baiano com a política salvacionistas e seu longo domínio pode ser explicado por seu carisma e por sua concepção de poder, bastante realista ¹⁷. Até essa fase da pesquisa não se conseguiu estabelecer uma ligação entre a assunção de Seabra com as elites de Itabuna, no período seguinte a Campanha Civilista. Um estudo mais aprofundado das atas poderia sanar algumas dúvidas que surgiram, porém, um maior tempo é necessário. Algumas suposições sobre o novo governador e Itabuna foram construídas e com maior amadurecimento da pesquisa serão estabelecidas.

Em fim, como balanço, pode-se enfatizar que as atas estabeleceram grandes avanços para a pesquisa sobre as consequências da Campanha Civilista em Itabuna. Como exemplo, é possível destacar a proposição do possível apoio de Itabuna ao civilismo de Araújo Pinho, não constituindo uma obrigação a essa elite aderir e seguir fiel ao civilismo e aos ideais de Rui Barbosa.

¹⁶ Ata de 21.08.1910, pg. 84-85.

¹⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. BAHIA Assembléia Legislativa. **Os partidos políticos da Bahia na primeira república**: uma política de acomodação. Salvador: Edufba, 1999., pg. 111.